

Área sectorial	PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS PARA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA		
Designação do documento	RELATÓRIO SECTORIAL DEMOGRAFIA		
Contacto da equipa	Jorge Malheiros		
	Data	Novembro	2010

2. PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS PARA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

2.0 Sumário executivo (sinopse – pressupostos, métodos e resultados)

As perspectivas demográficas elaboradas no âmbito do PROT-AML foram construídas com base no modelo de sobrevivência de coortes mono-regional aberto (que conjuga informação demográfica referente a nascimentos, óbitos e migrações por grupos etários quinquenais), tendo sido retidas três projecções associadas a outros tantos cenários de evolução populacional da AML, correspondendo cada um destes a um quadro alternativo de desenvolvimento para os horizontes 2011 (imediato) e 2021.

Das três projecções elaboradas para o conjunto da AML e das suas unidades territoriais, aquela que foi assumida como referência está ancorada no Cenário Global de Evolução da AML para um horizonte de 10 anos (Cenário 2) que se entende como o mais desejável, tendo em consideração a informação existente, as tendências que actualmente se detectam e as estratégias que os principais actores vão revelando nos domínios económico, social e demográfico¹. Este cenário - designado como *de antecipação* - assume uma perspectiva optimista e desejável para o futuro da Área Metropolitana e das suas subunidades, o que pressupõe, entre outras condições, um ritmo de crescimento económico claramente superior ao actual e um processo de expansão do emprego associado a uma fase de intensificação do investimento e de qualificação das actividades.

¹ Quer a retenção das três projecções apresentadas no PROT, quer a selecção da projecção tomada como referência enquadram-se nos supracitados cenários de desenvolvimento, cuja base provém do processo de trabalho colectivo desenvolvido no âmbito da elaboração do Plano e, sobretudo, dos inputs fornecidos por outras áreas sectoriais. De modo a complementar e sustentar esta informação e a aferir o modelo demográfico utilizado, recorreu-se à análise de documentação relativa a estratégias de investimento projectadas para várias unidades territoriais que compõem a AML, aos principais projectos imobiliários previstos e em curso e aos PDM em actualização, para além de se ter aplicado um inquérito, conciso e sistemático, relativo à percepção das tendências demográficas e de desenvolvimento da AML, junto de técnicos e autarcas (considerados como peritos).

Relativamente aos resultados obtidos para a projecção utilizada como referência, deve frisar-se que esta assume um ritmo de crescimento relativamente moderado (cerca de 500 000 indivíduos em 20 anos), que, não só não está distante das estimativas populacionais relativas ao presente decénio elaboradas pelo INE², como incorpora uma dinâmica demográfica duplamente positiva para o conjunto da AML: um saldo natural positivo médio de cerca de + 6 500 indivíduos entre 2001 e 2008 que deverá contribuir para 25 a 30% da dinâmica global de crescimento e um continuado *superavit* migratório que tem funcionado como a principal componente da evolução demográfica metropolitana.

Relativamente à distribuição geográfica da população, esta projecção assume também uma perspectiva optimista, na medida em que antevê um maior equilíbrio na distribuição interna dos residentes – naturalmente limitado pelas tendências pesadas relativas às dinâmicas naturais e migratórias associadas à situação de partida que está bem expressa na informação estatística actual³ -, prevendo uma tendência suave para um maior reequilíbrio demográfico entre o conjunto das unidades territoriais que integram a Grande Lisboa e as unidades territoriais que fazem parte da Península de Setúbal, contrariando a “subsidiência” populacional que tem caracterizado a capital e limitando os processos de crescimento semi-explosivo em algumas áreas periféricas. Também em relação à estrutura etária, esta projecção aponta para uma ligeira suavização do ritmo de envelhecimento, embora este se continue a verificar⁴, associado a uma capacidade de retenção de população jovem em idade não activa ligeiramente mais elevada.

² A principal diferença reside no facto de a projecção tomada como referência assumir, ao contrário das estimativas do INE, uma travagem no declínio demográfico da metrópole, que tenderia a estabilizar a sua população. Adicionalmente, esta projecção também revela uma dinâmica de crescimento um pouco mais acentuada na Península de Setúbal, que tenderá a reforçar-se nas próximas décadas, se se concretizarem os grandes investimentos para aqui previstos.

³ Relembra-se que o facto de o último Censo da População ter sido realizado há quase 10 anos reduz, devido a este desfazamento temporal, a solidez da informação de partida relativa aos quantitativos e estruturas demográficas

⁴ Estima-se que a percentagem de população com menos de 15 anos possa passar de 14,9 para 15,4%, entre 2001 e 2021, o que não impedirá a evolução do índice de envelhecimento de 103 para cerca de 130% , no mesmo período, em virtude do aumento mais rápido do número de idosos.

De qualquer modo, como foi referido, a projecção de referência é apenas uma de entre as três elaboradas no âmbito do PROT, sendo de admitir que, no quadro de um prolongamento temporal do presente cenário macroeconómico desfavorável do país, que naturalmente também se reflecte na AML, a projecção demográfica que aponta para menor crescimento associada ao cenário 1, tenha maiores probabilidades de ocorrer. Isto significará, contudo, que os anseios associados a um desenvolvimento mais positivo, sustentável e territorialmente mais equilibrado da Área Metropolitana de Lisboa ficarão – pelo menos em parte – por materializar até 2020. De resto, a confirmação dos cenários demográficos “desejáveis” em 2011 e 2021, mais do que demonstrar que o modelo demográfico *cohort survival* funcionou, reflectirá, essencialmente, o contexto sócio-económico em que se processará a evolução da AML na próxima década e, também, o modo como os actores fundamentais deste processo conseguiram materializar os seus anseios em termos de articulação de infra-estruturas, equilíbrio territorial e ecológico e, naturalmente, dinâmicas urbanas e crescimento económico.

2.1. Introdução

No âmbito do processo de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, a elaboração das perspectivas demográficas para a AML, nos horizontes de referência de 2011 e 2021, assentou em três tipos de elementos de suporte distintos:

- 1) A análise das estruturas e dinâmicas populacionais (mortalidade, natalidade, fecundidade e movimentos migratórios) de todos os concelhos da AML nas últimas décadas, com destaque para o período posterior a 1991, não apenas a partir da informação estatística disponível, mas também através da consulta de documentos de caracterização demográfica produzidos pelos vários municípios, no âmbito de processos diversos, como a actualização dos PDM ou a elaboração das Cartas Escolares;
- 2) O conteúdo técnico do modelo de sobrevivência de coortes mono-regional aberto aplicado a cada um dos municípios da AML com base na informação demográfica referente a nascimentos, óbitos e migrações organizada por grupos etários quinquenais, que serviu para construir as matrizes de evolução demográfica que deram suporte técnico a cada cenário;
- 3) Informação recolhida, quer nos documentos produzidos pelas equipas sectoriais, quer nas várias reuniões efectuadas no âmbito do processo de revisão do PROT-AML onde se discutiu, com os diversos especialistas sectoriais, técnicos municipais e autarcas, o futuro desejável para a Área Metropolitana de Lisboa, assim como os riscos e as oportunidades existentes. Neste contexto, assumiram particular relevância três tipos de informação: i) os cenários de desenvolvimento da AML elaborados para o horizonte 2020 no âmbito dos trabalhos de revisão do PROT; ii) o “novo” modelo territorial da AML e os seus pressupostos e iii) a informação recolhida num conjunto de questionários aplicados aos técnicos das equipas sectoriais e aos técnicos municipais que acompanharam a revisão do PROT. Este conjunto de informação

serviu, sobretudo, para sustentar os pressupostos que estão associados aos cenários que enquadram as várias perspectivas demográficas.

Este conjunto de elementos permitiu elaborar três perspectivas demográficas ancoradas em três cenários de evolução da AML, que, na medida do possível, assumem os pressupostos dos cenários de desenvolvimento construídos nos estudos de apoio à revisão do PROT e que, *grosso modo*, correspondem a a) uma lógica de *continuidade* (da situação actual); b) uma lógica de *antecipação* (diversificação funcional e aposta em funções avançadas no âmbito dos serviços e da indústria intensiva em conhecimento associadas a uma valorização do núcleo central da AML, incluindo Lisboa) e c) uma lógica de *adaptação* (valorização de funções avançadas no âmbito dos serviços e indústria, num quadro de reduzida sustentabilidade associada a um crescimento suburbano e peri-urbano mais intenso).

Os cenários de *adaptação* e, sobretudo, *antecipação*, consubstanciam um futuro mais favorável para a AML que, em termos demográficos corresponde a um maior equilíbrio na distribuição populacional interna, contrariando a “subsistência” populacional que tem caracterizado a cidade de Lisboa e limitando os processos de crescimento semi-explosivo em algumas áreas periféricas. Também em relação à estrutura etária, estes últimos cenários enquadram perspectivas que apontam para processos de envelhecimento mais suavizados, com uma capacidade de retenção de população jovem ligeiramente mais elevada.

Por último, convém relembrar que as perspectivas demográficas ancoradas no cenário de *antecipação*, e em menor grau no de *adaptação*, funcionam como a referência, em termos populacionais, para o futuro possível e desejável da AML que o PROT se propõe considerar. Efectivamente, uma projecção demográfica apoia-se em pressupostos metodológicos sólidos e não é a mera extrapolação de uma tendência e, muito menos, uma visão futuroológica do tipo “bola de cristal”, aplicada à evolução da população por grupos etários. Afinal, a confirmação dos cenários demográficos “desejáveis” em 2011 e 2021, mais do que demonstrar que o modelo demográfico *cohort survival* funcionou, reflectirá,

de alguma forma, o modo como os actores fundamentais do processo de desenvolvimento da AML conseguiram materializar os seus anseios em termos de articulação de infra-estruturas, equilíbrio ecológico e, naturalmente, dinâmicas urbanas e sócio-económicas.

2.2. O método de elaboração das projecções demográfica

As perspectivas demográficas da Área Metropolitana de Lisboa foram realizadas com recurso ao modelo de sobrevivência de coortes⁵ mono-regional aberto, aplicado a cada um dos municípios que compõem a AML (portanto, no presente caso, região técnica = município metropolitano). Este modelo permite estimar a probabilidade de a população de um determinado grupo etário (neste estudo utilizaram-se grupos quinquenais) vir a constituir a população da coorte seguinte, decorrido o necessário intervalo de tempo (no caso concreto, os supracitados cinco anos). Como se trata de um modelo aberto, tem a vantagem de incorporar quer as componentes de crescimento natural, quer a componente migratória, crucial para a dinâmica da população, tanto em termos directos, como indirectos (pela influência na estrutura etária e na natalidade e fecundidade).

A opção por um processo aglomerativo que parte da aplicação do modelo a cada um dos municípios metropolitanos prendeu-se com o objectivo de se considerar, de um modo mais fino e, tanto quanto possível, integrado, as perspectivas de desenvolvimento elaboradas para os territórios que integram o presente PROT e as componentes específicas da evolução demográfica de cada concelho – mortalidade, natalidade e migrações, que possuem uma razoável variação inter-municipal -, em alternativa à consideração conjunta de todas estas componentes no quadro da elaboração de matrizes de crescimento conjuntas para a AML (ou, eventualmente, para a Grande Lisboa e para a Península de Setúbal). Assim, após a elaboração das estimativas concelhias por grupos etários, estas foram agregadas para a Península de Setúbal, a

⁵ Coorte significa grupo etário.

Grande Lisboa e o conjunto da Área Metropolitana, unidades geográficas fundamentais no contexto do PROT. No entanto, porque os concelhos e as unidades territoriais específicas do PROT-AML são as unidades geográficas matriciais do espaço em análise, são igualmente apresentadas as projecções dos valores totais de população que lhes correspondem⁶.

Relembre-se, como foi mencionado atrás, que as perspectivas demográficas foram elaboradas segundo três cenários distintos (diferentes combinações das componentes de crescimento natural e migratório, segundo diversos pressupostos de evolução mais ou menos provável que se procuram articular com os cenários de desenvolvimento metropolitano), pelo que se apresentam, para todos os casos, três hipóteses evolutivas diferentes, que tomam como anos de referência 2011 e 2021, complementados com a estimativa de 2006 e a projecção intermédia de 2016. Elaborar perspectivas para horizontes mais alargados não parece ter grande justificação, não só porque a âncora temporal correspondente ao horizonte dos cenários de desenvolvimento para a AML é 2020, mas também porque após 2011 será possível actualizar as projecções com base em informação bastante mais recente proveniente dos Censos. De resto, no quadro do planeamento contemporâneo, necessariamente adaptativo e, portanto, dotado de capacidade de ajustamento às situações e de rápida incorporação de nova informação, será esta a situação ideal.

⁶ Não se apresentam as projecções por grupo etário para os vários municípios, não só porque estas têm, provavelmente, um grau de erro superior, nomeadamente nos casos dos concelhos com menor dimensão e menor número de nados-vivos e óbitos (o objectivo é projectar a população por grupos etários quinquenais para a AML e as suas grandes unidades territoriais), mas também porque os vários municípios já elaboraram ou estão presentemente a elaborar projecções por grupos etários que revelarão, certamente, uma pertinência específica maior, uma vez que estarão ancoradas em cenários que consideram exclusivamente a realidade municipal. Adicionalmente, a realização próxima dos Censos de 2011 fornecerá informação fundamental para o conhecimento efectivo da realidade demográfica de cada concelho, abrindo possibilidades relevantes de actualização das projecções, nomeadamente pelo maior conhecimento dos processos migratórios (valores de saldos migratórios e taxas migratórias). Atendendo a esta realidade, não faz muito sentido apresentar projecções por grupos etários para cada concelho, uma vez que estas podem ser rapidamente corrigidas e actualizadas, se as entidades municipais assim o entenderem. Por último, deve frisar-se que as projecções aqui elaboradas tomaram em consideração os resultados das estimativas e projecções demográficas elaboradas pelos diversos municípios que foram disponibilizadas a esta equipa de trabalho, incluindo-se aqui Cascais, Oeiras, Sintra, Mafra, Barreiro, Sesimbra, Montijo, Palmela e Setúbal.

Do ponto de vista estritamente técnico, as projecções demográficas resultam da aplicação de matrizes de crescimento demográfico (uma para cada hipótese de evolução) à população residente de partida, desagregada por grupos etários quinquenais. Estas matrizes incorporam uma componente de fecundidade específica (por grupos etários férteis), uma componente de mortalidade, sob a forma de probabilidades de sobrevivência simplificadas e uma componente migratória (taxas migratórias associadas a cada grupo etário).

Em termos concretos, estas componentes, calculadas para cada concelho, foram obtidas do seguinte modo:

- a) Taxas de fecundidade específicas para os sete grupos etários quinquenais férteis (15-19 a 45-49)

$$TFE_i = (NV_i/Popf_i) * (1-TMI)$$

Sendo:

TFE_i – Taxa de Fecundidade Específica corrigida do grupo etário quinquenal fértil i

NV_i – Nados-vivos gerados pela população do grupo etário fértil i (período de cinco anos)

$Popf_i$ – População do grupo etário quinquenal fértil i (porque as diferenças entre homens e mulheres nestes grupos etários não são muito significativas, introduziu-se um elemento de simplificação no modelo, resultando daqui o cálculo de taxas de fecundidade específicas tendo como denominador mulheres+homens)

TMI – Taxa de Mortalidade Infantil

No caso da presente projecção, foram utilizados como dados concretos i) o somatório, por grupos etários férteis, dos nados-vivos do período 2001-2005 divididos pela população residente em 2001, dos mesmos grupos etários e ii) a média dos nados-vivos de 2005-2006 (multiplicada por cinco para se obter o conjunto de nascimentos correspondente aos cinco anos do coorte) dividida pela população residente, em 2001, dos mesmo grupos etários. Consoante o

cenário, foram utilizadas ou a opção i) ou a opção ii) ou uma combinatória das duas (no caso destes cenários combinados, nuns concelhos considerou-se uma das opções e noutros a outra opção)⁷.

Estas taxas de fecundidade específicas – corrigidas com recurso à taxa de mortalidade infantil - são colocadas na primeira linha das matrizes de crescimento respectivas e a soma das suas multiplicações pelos grupos etários de partida (no caso concreto, a população residente em 2001) fornece o valor da população residente no primeiro grupo etário (0- 4 anos), cinco anos depois.

b) Taxas de sobrevivência dos grupos etários (aproximação à probabilidade de virem a constituir o grupo etário subsequente)

Trata-se da incorporação da componente da mortalidade no modelo, sob a forma de taxas de sobrevivência de cada grupo etário. Em termos concretos, têm-se:

$$TS_i = 1 - O_i/Pop_i$$

Sendo:

TS_i – Taxa de sobrevivência do grupo etário quinquenal i , (aproximação à probabilidade⁸ de os indivíduos deste grupo sobreviverem até ao grupo etário subsequente)

O_i – Óbitos no grupo etário quinquenal i (período de cinco anos)

Pop_i – População residente no grupo etário i

⁷ Em casos excepcionais, devidamente explicitados adiante, utilizou-se a média dos nascimentos vivos de 2000-2001 (multiplicada por cinco para se obter o conjunto de nascimentos correspondente aos cinco anos do coorte) dividida pela população residente, em 2001, dos mesmos grupos etários.

⁸ Com recurso à construção de tábuas de mortalidade poder-se-ia introduzir uma ligeira correcção nas taxas de sobrevivência e transformá-las em probabilidades de sobrevivência, *strictu sensu*. Contudo, testes efectuados para projecções de população concelhia elaboradas no âmbito de outros trabalhos traduziram-se em diferenças pouco significativas, pelo que se assumiu não ser justificado o investimento na construção de um conjunto substancial de tábuas de mortalidade (pelo menos duas para cada concelho). A possibilidade de utilizar tábuas-modelo pré-elaboradas, ajustadas a determinadas estruturas etárias, disponíveis nalgumas publicações, foi igualmente descartada, por se considerar que a utilização dos dados efectivamente registados em cada concelho traduzia, de forma mais clara, a situação da mortalidade nestes.

No caso da presente projecção, foram utilizados como dados concretos i) o somatório, por grupos etários, dos óbitos do período 2001-2005 divididos pela população residente em 2001, dos mesmos grupos etários e ii) a média dos óbitos de 2005-2006 (multiplicada por cinco para se obter o conjunto de óbitos correspondente aos cinco anos do coorte) dividida pela população residente, em 2001, dos mesmo grupos etários.

Estas taxas de sobrevivência dos grupos etários são colocadas na diagonal principal da matriz (nos casos em que a hipótese inclui migrações, são combinadas com as taxas migratórias) e multiplicadas pelos coortes correspondentes, obtendo-se as populações do grupo etário seguinte, cinco anos depois. No caso do último grupo etário, mediante um ajuste no processo de multiplicação matricial, a população sobrevivente, cinco anos depois, do penúltimo grupo etário (65 a 69 anos) é adicionada à população sobrevivente do último grupo etário (70 e mais anos).

c) Taxas migratórias específicas

O cálculo das taxas migratórias incorporadas nas matrizes de crescimento foi efectuado da seguinte forma:

$${}^{x,x+5}SM_i = {}^{x+5}Pop_i - ({}^xPop_{i-n} - {}^{x,x+5}O_{i-n})$$

$${}^{x,x+5}TMIG_i = {}^{x,x+5}SM_i / Pop_i$$

Sendo:

${}^{x,x+n}SM_i$ - Saldo Migratório do grupo etário quinquenal i , no período de cinco anos compreendido entre x e $x+5$

${}^{x+5}Pop_i$ - População do grupo etário quinquenal i no ano $x+5$

${}^xPop_{i-n}$ - População do grupo etário quinquenal $i-n$ (grupo etário imediatamente anterior a i), no ano x

${}^{x,x+5}O_{i-n}$ - Óbitos do grupo etário quinquenal $i-n$, ocorridos no período de cinco anos, entre x e $x+5$

${}^{x,x+5}TMIG_i$ – Taxa migratória do grupo etário quinquenal i , no período de 5 anos, entre x e $x+5$

Portanto, após a obtenção do saldo migratório, através da comparação entre a população efectivamente observada (registos dos Censos) e a população esperada (sem migrações)⁹, passa-se ao cálculo das taxas migratórias específicas para os vários grupos etários.

No caso concreto das presentes perspectivas, foram calculadas taxas migratórias para o período de cinco anos decorrido entre 1996 e 2001, por se assumir ter sido neste período que ocorreram os máximos migratórios na maioria dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (considerando apenas o decénio de 90)¹⁰.

Estas taxas migratórias foram colocadas na diagonal principal das matrizes de crescimento, nalguns casos de forma directa, noutros ajustadas a pressupostos de crescimento (determinado aumento percentual das taxas migratórias ou duplicação destas, por exemplo) ou atenuação dos movimentos migratórios (e.g. decréscimo em determinada percentagem dos valores observados), que têm em conta os grandes investimentos previstos e conhecidos, alguma informação relativa a licenciamento efectivo ou potencial de habitação e o quadro eventual de desenvolvimento de cada município no contexto dos vários cenários.

Após a obtenção de taxas de fecundidade específicas, taxas de sobrevivência por grupos etários e taxas migratórias específicas para cada município, estas foram combinadas em matrizes de evolução demográfica, segundo três cenários, que suportam outras tantas Hipóteses de evolução.

Posteriormente, os resultados obtidos para os vários concelhos foram adicionados, possibilitando a construção dos quadros da população esperada

⁹ Para o primeiro grupo etário, utilizam-se os nados-vivos do período-base de cálculo, corrigidos com a aplicação de taxas de sobrevivência (1 - taxa de mortalidade infantil e taxa de mortalidade entre 1 e 4 anos).

¹⁰ Neste caso, a população observada não é, directamente, a do recenseamento da população, mas sim a média da população registada nos Censos de 1991 e 2001.

por grupos etários para a Península de Setúbal, a Grande Lisboa¹¹ e o conjunto da Área Metropolitana de Lisboa, nos três cenários considerados. Para além destes quadros-base, foram ainda elaborados quadros com a estimativa de 2006 e as projecções para 2011, 2016 e 2021 dos totais de população dos municípios e das unidades territoriais metropolitanas. Um conjunto de gráficos e quadros complementares de síntese complementam os resultados fundamentais das projecções demográficas.

2.3. Os cenários de suporte às projecções demográficas e os seus pressupostos

Cenário 1 (Hipótese 1 – **Continuidade – crescimento suave-a-médio, com prolongamento/acentuação dos desequilíbrios demográficos internos**)

Como mencionámos no início, este cenário demográfico articula-se com o Cenário de Desenvolvimento correspondente (*Cenário I – Continuidade*). Neste caso, as actividades dominantes correspondem ao terciário “doméstico” e a uma especialização nos domínios residencial e do turismo-lazer. A expansão urbana centrar-se-ia mais nas margens da Área Metropolitana, incluindo-se aqui quer espaços internos periféricos, quer espaços adjacentes situados no Oeste e na Lezíria do Tejo.

Em termos especificamente demográficos, este cenário assenta num **pressuposto de continuidade** relativamente ao que foi a evolução populacional dos vários municípios da AML na segunda metade do decénio de 90 e na primeira metade da década inicial deste século.

¹¹ Nalguns quadros de resultados finais com grandes grupos etários, considerou-se não apenas o conjunto da *Grande Lisboa*, mas também o *município de Lisboa* isoladamente e, em consequência, a *Grande Lisboa excluindo o município de Lisboa*. Esta consideração específica do concelho de Lisboa deve-se, quer à sua importância demográfica em 2001 (mais de 21% dos residentes na AML; note-se que a Península de Setúbal, no seu conjunto, representava cerca de 27% da população da AML na mesma data), quer ao seu comportamento específico (forte declínio entre 1981 e 2001), quer ainda ao facto de se tratar do núcleo central da área metropolitana e da capital do país, o que lhe confere funções fundamentais em termos de dinamismo económico e social, com impactos importantes nas restantes parcelas do território.

São assim utilizadas médias das taxas de fecundidade específicas e das taxas de sobrevivência do período 2001/2005 e taxas migratórias equivalentes às registadas entre 1996 e 2001¹². É um cenário que assegura um ritmo contínuo e não muito acentuado de expansão da AML, que se aproxima do observado entre 1991 e 2001 (+5,6% no total deste período). Como toma como referência o processo de evolução recente da população dos vários municípios, **os desequilíbrios na distribuição demográfica detectados em 2001 acentuar-se-iam** ao longo das décadas de 2001 e de 2011, o que significa a manutenção do acentuado processo de **perda de população da capital e o forte crescimento de alguns concelhos periféricos** que, ao longo das últimas décadas, têm vindo a evidenciar fortes ritmos de incremento populacional, como Sintra, o Seixal e, mais recentemente, Sesimbra, Alcochete e Mafra.

Cenário 2 (Hipótese 2 – Antecipação – crescimento moderado e reforço do equilíbrio demográfico interno) –

Trata-se, porventura, do **cenário mais desejável em termos de evolução demográfica** e de desenvolvimento (está ancorado no *Cenário – Antecipação* – da componente desenvolvimento do PROT). De acordo com este cenário de desenvolvimento, as linhas gerais passam por uma diversificação e qualificação das actividades económicas (pólo de serviços doméstico e europeu; actividades de base industrial intensivas em competências e conhecimentos) e do emprego, uma melhoria significativa do sistema de transportes com maior integração deste e **uma recentragem do crescimento em Lisboa e nalguns aglomerados mais próximos, emergindo a Península de Setúbal como um espaço com ritmos de crescimento demográfico**

¹² Utiliza-se este período e não um quinquénio mais recente porque após 2001 não existe nenhuma contagem de população que permita calcular com rigor os saldos migratórios, através da comparação entre população esperada (obtida através da adição de nados-vivos e da subtracção de óbitos a uma população de partida registada em momento anterior) e população observada (no caso português, num momento censitário, correspondendo o último a 2001).

relevantes, ancorados em pólos associados a actividades diversas - Conhecimento, Saúde e Entretenimento, Cultura e Indústria moderna.

Em termos demográficos, toma como referência geral os valores das taxas de fecundidade¹³ e de sobrevivência de 2005/2006, que correspondem ao momento mais recente que coincide, na maioria dos municípios, com as taxas mais elevadas dos últimos 10-15 anos. Tendo em consideração o impacto positivo da população imigrante sobre o aumento recente do número de nados-vivos na AML¹⁴, entendeu-se considerar este valor como o mais interessante, uma vez que expressa uma tendência ligeira para o acréscimo da fecundidade, num cenário que combina manutenção das taxas migratórias nalguns concelhos e acréscimo noutros. Note-se que esta opção por uma **tendência para a estabilização da mortalidade e da fecundidade da AML em torno dos valores mais recentes** vai ao encontro das opiniões expressas pelos especialistas e técnicos municipais que responderam ao *questionário sobre estimativas e tendências demográficas da AML*¹⁵, uma vez que estes indicaram, de um modo quase unânime, que a mortalidade e a fecundidade metropolitanas deveriam manter-se estáveis durante a próxima década.

Relativamente às taxas migratórias, considerou-se que:

- Alcochete e Montijo aumentariam os valores das taxas migratórias observadas no período 1996-2001, respectivamente em 75% e 100% (incrementos associados ao efeito Ponte Vasco da Gama não detectáveis no período 1996-2001 conjugados com os efeitos de atracção decorrentes do novo aeroporto);

¹³ Esta regra geral não é observada no caso dos municípios do Barreiro (utilizam-se as taxas de fecundidade específica médias de 2001-2005 de Alcochete) e da Moita (taxas de natalidade específicas de 2005-06, mas do Montijo). Se no primeiro caso se trata de introduzir uma ligeira correcção na fecundidade que incorpora uma perspectiva optimista associada à instalação de alguns residentes jovens em idade de procriar, as duas excepções da Península de Setúbal tomam como referência um princípio de analogia justificado mais adiante.

¹⁴ Ver, a este propósito, o Relatório de Caracterização Demográfica do presente processo de actualização do PROT-AML.

¹⁵ Não se apresentam os resultados obtidos com a aplicação deste questionário, não só porque ele foi assumido como um instrumento de trabalho que tinha como objectivo contribuir para uma melhor identificação de cenários de evolução demográfica desejáveis e prováveis, mas também porque o número deficitário de respostas (8 representantes de equipas sectoriais e 8 autarquias) tornou menos interessante a apresentação quantitativa dos dados. De resto, a utilização dos resultados obtidos foi assumida em termos qualitativos, servindo as tendências detectadas para “orientar” os cenários demográficos, conforme explicitado no texto.

- Palmela registaria um acréscimo da taxa migratória observada no período 1996-2001 de 50% (traduz alguns dos efeitos indicados antes associados também aos que decorrem de outros investimentos potenciais como a *Plataforma de Actividades Logísticas do Poceirão*);
- Sesimbra veria as suas taxas migratórias de 1996-2001 crescer 30%
- Moita conheceria taxas migratórias correspondentes a metade das observadas no Montijo no período 1996-2001 (incorporação dos efeitos associados aos investimentos a efectuar no Arco Ribeirinho; analogia mitigada com os efeitos decorrentes da abertura da Ponte Vasco da Gama);
- O Barreiro conheceria taxas migratórias equivalentes a 25% dos valores observados em Alcochete no período 96-2001 (incorporação dos efeitos associados aos investimentos a efectuar no Arco Ribeirinho; analogia mitigada com os efeitos decorrentes da abertura da Ponte Vasco da Gama);
- Almada observaria um acréscimo de 20% nas taxas migratórias observadas em 1996-2001 (impacto dos investimentos previstos);
- Setúbal e o Seixal manteriam as taxas migratórias observadas no período 1996-2001;
- Odivelas registaria taxas migratórias equivalentes ao município de Loures para o período 1996-2001, acrescidas de 10%;
- Loures registaria um acréscimo da taxa migratória observada no período 1996-2001 de 50%;
- Lisboa voltaria a atrair população, tomando-se como referência as taxas migratórias de Oeiras no período 1996-2001 (retoma da capacidade atractiva de Lisboa por via de intervenções no mercado imobiliário);
- Sintra veria as taxas migratórias do período 1996-2001 decrescerem 25% (maior controlo dos processos de expansão urbanística, prolongando alguns indícios já detectados nos últimos anos);

- Amadora atenuaria a sua taxa migratória negativa em 50% (efeito dos processos de regeneração urbana e de (re)valorização da proximidade a Lisboa);
- Os restantes municípios da Grande Lisboa manteriam taxas migratórias equivalentes às observadas em 1996-2001.

Estas opções, que tomam como ponto de partida as últimas taxas migratórias passíveis de cálculo rigoroso (1996-2001), procuram **materializar em termos populacionais a evolução desejável – e realista das várias parcelas do território metropolitano**. Neste sentido, considerou-se uma **maior aceleração do crescimento na Margem Sul do Tejo** (decorrem daí as várias correcções introduzidas nos dados-base), com destaque para os municípios que já vêm a acelerar a sua dinâmica demográfica desde finais do século passado e que agora vão ser objecto de novos investimentos estruturantes, como o Novo Aeroporto de Lisboa e a Plataforma de Actividades Logísticas do Poceirão. Adicionalmente, incorporam-se também impactos esperados de algum crescimento demográfico nos concelhos do Arco Ribeirinho, para o qual se perspectivam importantes operações de regeneração urbanística associadas a investimentos relevantes (e.g. 3ª Travessia do Tejo). Estas tendências são, de resto, afirmadas nas respostas aos questionários, tanto de especialistas, como de técnicos autárquicos.

Relativamente à Margem Norte, assume-se um princípio de reequilíbrio demográfico, assente na travagem do declínio acentuado da cidade de Lisboa, num crescimento da franjas noroeste e nordeste (sobretudo Mafra, mas também Vila Franca de Xira) e na atenuação do crescimento no município de Sintra. Note-se que a estabilização demográfica de Lisboa corresponde à interpretação maioritária dos especialistas sectoriais do PROT e, também, de muitos técnicos autárquicos, verificando-se uma moda de opiniões centrada na estabilização dos ritmos de crescimento no caso do concelho de Sintra (neste caso, assumimos um cenário de redução suave progressiva que não coloca em causa a tendência explícita para o crescimento ao longo de todo o período 2001-2021).

De acordo com este cenário, os processos de reabilitação urbana de áreas consolidadas competiriam, de forma muito positiva, com o processo dominante de expansão urbana assente na conversão de terrenos agrícolas em terrenos urbanizados.

Tendo em consideração as características demográficas actuais e o quadro de tendências de desenvolvimento possíveis para a AML, trata-se do cenário mais favorável, uma vez que considera a fecundidade aos níveis mais elevados dos últimos 15 anos - contribuindo para **atenuar ligeiramente o ritmo de envelhecimento** -, assegura **ritmos de crescimento populacional relativamente moderados**, consentâneos com os investimentos previstos e as trajectórias de desenvolvimento mais interessantes, e promove **algum reequilíbrio demográfico interno** (maior crescimento na Margem Sul, travagem do declínio do concelho de Lisboa e alguma recomposição no resto da Margem Norte).

Cenário 3 (Hipótese 3 – **Adaptação – crescimento acentuado, com manutenção de desequilíbrios internos**)

Apoiado na *hipótese de Adaptação dos cenários de desenvolvimento da AML do presente PROT*, este cenário demográfico acelera bastante o ritmo de crescimento demográfico metropolitano, que atingiria mais de 38% para o período 2001-2021, o que corresponderia a um acréscimo de cerca de 1 milhão de habitantes.

O cenário de desenvolvimento que está mais associado a esta projecção demográfica assume, tal como no caso anterior, uma diversificação e qualificação das actividades económicas, só que atingindo um nível um pouco menos sofisticado e atractivo. Em termos de dinâmicas internas, o **crescimento periférico seria dominante** – tal como no cenário 1 -, incluindo quer espaços suburbanos e peri-urbanos da AML, quer municípios contíguos a esta. Neste quadro, as questões de sustentabilidade assumiriam uma posição pouco relevante no processo de urbanização da AML, que continuaria a ser

marcado por um relativo **desordenamento** e pela **manutenção de desequilíbrios internos**.

Sob o ponto de vista demográfico, trata-se de um cenário que incorpora, genericamente, taxas de fecundidade e de sobrevivência de 2005/2006 – as mais elevadas do período mais recente. Contudo, no caso dos municípios da Amadora, Oeiras, Almada e Seixal, optou-se por considerar as taxas de fecundidade de 2000/2001, uma vez que estas apresentavam valores superiores aos registados posteriormente. Relativamente a Loures, incrementaram-se as taxas de fecundidade em 10%, uma vez que neste cenário se generalizaram a este município elementos de maior vitalidade relativa observados noutros concelhos da coroa periférica norte. Por último, o processo de analogia que foi utilizado nas projecções demográficas do Barreiro e da Moita associadas ao cenário 2 manteve-se, igualmente, no cenário 3, só que reforçado no que respeita ao primeiro município (utilizaram-se as taxas de fecundidade médias de 2005-2006 de Alcochete e não de 2001-2005).

Relativamente às migrações, assumiu-se um pressuposto global de incremento das taxas migratórias observadas no período 1996-2001, em 50%. Adicionalmente, consideraram-se as seguintes situações específicas:

- Lisboa e Odivelas registariam as taxas migratórias de Oeiras e Loures, respectivamente, com um acréscimo de 50%;
- Loures registaria uma taxa migratória equivalente a 30% da taxa migratória observada pelo município de Mafra, entre 1996 e 2001;
- Sesimbra duplicaria as taxas migratórias observadas no período de referência – 1996-2001;
- Alcochete, Palmela e Montijo veriam as taxas migratórias do período de referência sofrer uma multiplicação por 2,5;
- Barreiro conheceria taxas migratórias equivalentes a 30% dos valores observados em Alcochete no período 1996-2001;
- Moita conheceria taxas migratórias equivalentes às observadas pelo município do Montijo no período 96-2001.

Como se deduz dos pressupostos anteriores, **na Margem Sul, as áreas mais próximas do futuro aeroporto e que mais reforçaram a sua acessibilidade devido à ponte Vasco da Gama acelerariam mais intensamente a sua capacidade de atracção demográfica**, aproximando-se do comportamento de outros municípios da Península de Setúbal (e.g. Seixal e, mais recentemente, Sesimbra) que registaram fortes incrementos residenciais nas últimas décadas do século XX. Também os concelhos do Arco Ribeirinho Sul veriam o seu ritmo de crescimento demográfico acentuar-se no quadro deste cenário, o que corresponderia a um impacto mais forte dos processos mencionados a propósito do Cenário 2.

Na Margem Norte, continuariam os desequilíbrios de crescimento, com Sintra a prolongar processos de crescimento muito significativo e territorialmente desqualificante em vários espaços, podendo ocorrer o mesmo nalgumas áreas dos municípios de Mafra, Vila Franca de Xira e mesmo Loures e Cascais.

Embora se trate de uma projecção demográfica marcada por forte dinâmica, é menos favorável do que a anterior, uma vez que não considera devidamente as questões da sustentabilidade metropolitana, acentuando os desequilíbrios actualmente existentes.

2.4. Resultados obtidos nos cenários e projecções

2.4.1 Perspectivas demográficas da AML, Grande Lisboa e Península de Setúbal por grupos etários - 2011 e 2021

Quadro 1.1 - Estruturas Etárias da Grande Lisboa de acordo com o Cenário 1

CENÁRIO 1 – CONTINUIDADE (GRANDE LISBOA)					
	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	98.329	115.700	121.982	116.996	101.622
5-9	92.906	86.278	100.331	106.924	103.192
10-14	95.341	93.026	87.266	101.154	108.271
15-19	114.328	92.994	91.261	86.222	99.649
20-24	151.996	113.234	92.458	91.183	86.852
25-29	163.901	170.342	127.392	104.820	104.329
30-34	146.525	185.916	192.146	145.067	121.534
35-39	139.948	146.258	188.788	194.003	147.731
40-44	133.906	141.854	150.213	195.118	199.933
45-49	133.679	131.275	139.608	148.693	193.674
50-54	137.602	128.774	126.788	135.388	145.144
55-59	122.469	143.218	134.182	132.329	141.811
60-64	108.713	115.702	135.775	127.390	125.986
65-69	100.897	97.428	103.851	121.997	114.649
70 e mais	206.721	242.413	265.610	289.381	324.786
TOTAL	1.947.261	2.004.411	2.057.651	2.096.664	2.119.163

Quadro 1.2 - Estruturas Etárias da Grande Lisboa de acordo com o Cenário 2

CENÁRIO 2 - ANTECIPAÇÃO(GRANDE LISBOA)					
	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	98.329	115611	126386	124598	108425
5-9	92.906	90149	105376	115415	113831
10-14	95.341	94609	92066	107596	117955
15-19	114.328	93502	93070	90869	105968
20-24	151.996	113315	92911	92747	91008
25-29	163.901	170650	127471	104848	105088
30-34	146.525	192739	199804	149622	123842
35-39	139.948	150737	198701	204762	153836
40-44	133.906	143934	155744	205522	211246
45-49	133.679	131633	141840	153911	203134
50-54	137.602	129842	128068	138287	150464
55-59	122.469	148241	139626	137491	148452
60-64	108.713	119032	144051	135522	133519
65-69	100.897	97754	107028	129504	121980
70 e mais	206.721	249134	277696	307634	351202
TOTAL	1.947.261	2040880	2129839	2198329	2239951

Quadro 1.3 - Estruturas Etárias da Grande Lisboa de acordo com o Cenário 3

CENÁRIO 3 - ADAPTAÇÃO(GRANDE LISBOA)

	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	98.329	121.752	140.054	144.019	129.094
5-9	92.906	87.754	107.919	124.983	129.026
10-14	95.341	96.270	91.735	112.701	131.061
15-19	114.328	94.189	95.754	91.914	112.612
20-24	151.996	114.164	94.558	96.748	93.947
25-29	163.901	180.132	135.915	113.728	117.792
30-34	146.525	211.844	232.779	176.929	150.631
35-39	139.948	158.013	231.900	254.232	195.133
40-44	133.906	148.903	170.425	251.694	275.605
45-49	133.679	132.762	148.259	170.725	252.546
50-54	137.602	130.271	129.728	145.432	168.463
55-59	122.469	154.433	145.848	144.964	162.814
60-64	108.713	119.057	150.120	141.648	141.005
65-69	100.897	96.689	106.221	133.734	126.365
70 e mais	206.721	256.967	291.390	326.991	381.218
TOTAL	1.947.261	2.103.201	2.272.605	2.430.440	2.567.311

Quadro 2.1 - Estruturas Etárias da Península de Setúbal de acordo com o Cenário 1

CENÁRIO 1 – CONTINUIDADE (P.SETÚBAL)

	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	37.685	43.497	47.399	46.141	40.972
5-9	34.997	35.510	40.906	44.745	43.661
10-14	36.963	34.893	35.523	40.928	44.833
15-19	44.092	36.949	34.944	35.758	41.200
20-24	56.390	44.164	37.134	35.188	36.174
25-29	60.705	63.756	50.111	42.286	40.121
30-34	52.181	72.340	76.037	60.116	51.023
35-39	51.151	51.699	71.943	75.637	60.116
40-44	51.407	52.589	53.368	74.404	78.113
45-49	50.822	53.081	54.501	55.440	77.409
50-54	51.101	50.838	53.155	54.693	55.781
55-59	44.934	54.544	54.320	56.859	58.619
60-64	39.733	43.945	53.357	53.160	55.717
65-69	35.605	38.292	42.374	51.563	51.552
70 e mais	66.823	84.959	101.406	117.956	139.694
TOTAL	714.589	761.055	806.477	844.874	874.986

Quadro 2.2 - Estruturas Etárias da Península de Setúbal de acordo com o Cenário 2

CENÁRIO 2 – ANTECIPAÇÃO (P.SETÚBAL)

	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	37.685	46.318	52.158	51.900	46.779
5-9	34.997	36.242	44.645	50.650	50.573
10-14	36.963	35.502	36.934	45.599	51.891
15-19	44.092	37.750	36.338	38.048	47.052
20-24	56.390	44.773	38.417	37.063	39.005
25-29	60.705	64.732	51.543	44.354	42.844
30-34	52.181	74.288	79.192	63.499	55.068
35-39	51.151	53.411	76.512	81.367	65.508
40-44	51.407	54.682	57.301	82.525	87.517
45-49	50.822	53.921	57.589	60.469	87.434
50-54	51.101	51.407	54.495	58.233	61.207
55-59	44.934	55.181	55.559	59.061	63.378
60-64	39.733	44.241	54.349	54.761	58.353
65-69	35.605	38.983	43.414	53.435	53.971
70 e mais	66.823	85.863	103.828	122.056	146.159
TOTAL	714.589	777.294	842.274	903.021	956.737

Quadro 2.3 - Estruturas Etárias da Península de Setúbal de acordo com o Cenário 3

CENÁRIO 3 – ADAPTAÇÃO (P.SETÚBAL)

	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	37.685	47.492	56.341	58.593	54.472
5-9	34.997	36.989	46.860	56.266	58.928
10-14	36.963	35.843	38.197	48.549	58.705
15-19	44.092	38.229	37.231	40.137	51.157
20-24	56.390	45.437	39.557	38.700	42.053
25-29	60.705	68.672	55.705	48.758	47.841
30-34	52.181	81.002	91.976	75.670	67.135
35-39	51.151	54.357	85.474	96.880	80.327
40-44	51.407	56.618	60.658	96.639	109.213
45-49	50.822	55.427	61.596	66.350	106.856
50-54	51.101	52.070	56.705	63.031	68.026
55-59	44.934	57.657	58.823	64.440	72.229
60-64	39.733	44.718	57.438	58.701	64.633
65-69	35.605	39.620	44.622	57.525	59.020
70 e mais	66.823	90.708	114.674	139.891	174.620
TOTAL	714.589	804.840	905.858	1.010.129	1.115.216

Quadro 3.1 - Estruturas Etárias da Área Metropolitana de Lisboa de acordo com o Cenário 1

CENÁRIO 1 – CONTINUIDADE (AML)

	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	136.014	159.197	169.381	163.137	142.594
5-9	127.903	121.788	141.237	151.668	146.853
10-14	132.304	127.919	122.789	142.082	153.105
15-19	158.420	129.942	126.205	121.980	140.849
20-24	208.386	157.397	129.592	126.371	123.026
25-29	224.606	234.098	177.502	147.106	144.450
30-34	198.706	258.255	268.183	205.183	172.558
35-39	191.099	197.957	260.732	269.640	207.846
40-44	185.313	194.443	203.582	269.522	278.046
45-49	184.501	184.355	194.108	204.133	271.083
50-54	188.703	179.612	179.943	190.081	200.924
55-59	167.403	197.762	188.502	189.188	200.431
60-64	148.446	159.647	189.132	180.549	181.703
65-69	136.502	135.720	146.225	173.561	166.201
70 e mais	273.544	327.372	367.016	407.337	464.481
TOTAL	2.661.850	2.765.465	2.864.129	2.941.538	2.994.149

Quadro 3.2 - Estruturas Etárias da Área Metropolitana de Lisboa de acordo com o Cenário 2

CENÁRIO 2 – ANTECIPAÇÃO (AML)

	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	136.014	161929	178544	176498	155204
5-9	127.903	126391	150021	166065	164404
10-14	132.304	130111	129000	153195	169845
15-19	158.420	131252	129408	128917	153020
20-24	208.386	158088	131328	129810	130013
25-29	224.606	235382	179014	149202	147932
30-34	198.706	267027	278996	213121	178909
35-39	191.099	204148	275213	286129	219344
40-44	185.313	198616	213045	288047	298763
45-49	184.501	185554	199429	214380	290568
50-54	188.703	181249	182563	196520	211671
55-59	167.403	203422	195185	196552	211830
60-64	148.446	163273	198400	190283	191871
65-69	136.502	136737	150442	182939	175951
70 e mais	273.544	334997	381524	429690	497361
TOTAL	2.661.850	2818174	2972113	3101349	3196689

Quadro 3.3 - Estruturas Etárias da Área Metropolitana de Lisboa de acordo com o Cenário 3

CENÁRIO 3 – ADAPTAÇÃO (AML)					
	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	136.014	169.244	196.396	202.612	183.566
5-9	127.903	124.744	154.779	181.249	187.954
10-14	132.304	132.113	129.932	161.250	189.767
15-19	158.420	132.419	132.985	132.051	163.769
20-24	208.386	159.601	134.115	135.449	136.000
25-29	224.606	248.805	191.620	162.485	165.633
30-34	198.706	292.846	324.755	252.599	217.766
35-39	191.099	212.371	317.374	351.112	275.460
40-44	185.313	205.522	231.083	348.333	384.818
45-49	184.501	188.189	209.855	237.074	359.402
50-54	188.703	182.341	186.433	208.463	236.489
55-59	167.403	212.090	204.670	209.403	235.042
60-64	148.446	163.775	207.558	200.349	205.638
65-69	136.502	136.309	150.844	191.259	185.385
70 e mais	273.544	347.675	406.064	466.882	555.839
TOTAL	2.661.850	2.908.041	3.178.463	3.440.569	3.682.527

Quadro 4 - Estrutura da população - % dos grandes grupos etários - em função dos 3 cenários

UNIDADE GEOGRÁFICA	Pop.2001	cenário 1		cenário 2		cenário 3	
		2011	2021	2011	2021	2011	2021
CONCELHO DE LISBOA							
0—14	11,6	12,7	13,6	12,9	14,2	12,2	13,6
15-64	64,8	60,9	56,8	61,3	57,3	61,8	57,0
65 e+	23,6	26,5	29,6	25,8	28,5	26,0	29,4
GRANDE LISBOA(excepto Concelho de Lisboa)							
0—14	16,0	15,8	15,0	16,1	15,5	15,9	15,6
15-64	71,4	68,9	66,2	68,8	65,9	69,6	67,5
65 e+	12,6	15,4	18,8	15,2	18,6	14,5	16,8
GRANDE LISBOA							
0—14	14,7	15,0	14,8	15,2	15,2	14,9	15,2
15-64	69,5	67,0	64,5	66,7	63,7	67,6	65,1
65 e+	15,8	18,0	20,7	18,1	21,1	17,5	19,8
PENÍNSULA DE SETÚBAL							
0--14	15,3	15,4	14,8	15,9	15,6	15,6	15,4
15-64	70,3	66,8	63,3	66,6	63,5	66,8	63,6
65 e+	14,3	17,8	21,9	17,5	20,9	17,6	21,0
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA							
0--14	14,9	15,1	14,8	15,4	15,3	15,1	15,2
15-64	69,7	66,9	64,2	66,7	63,6	67,3	64,6
65 e+	15,4	17,9	21,1	17,9	21,1	17,5	20,1

Figura 1.1

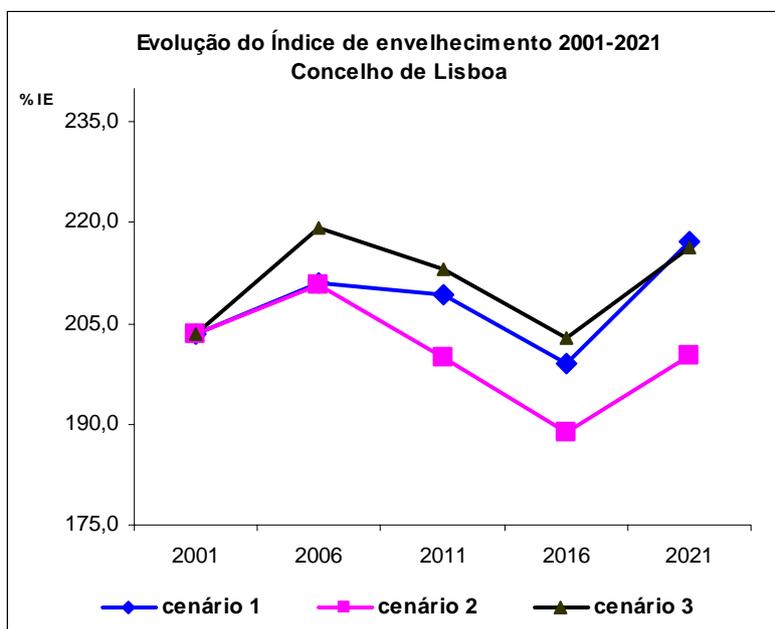


Figura 1.2

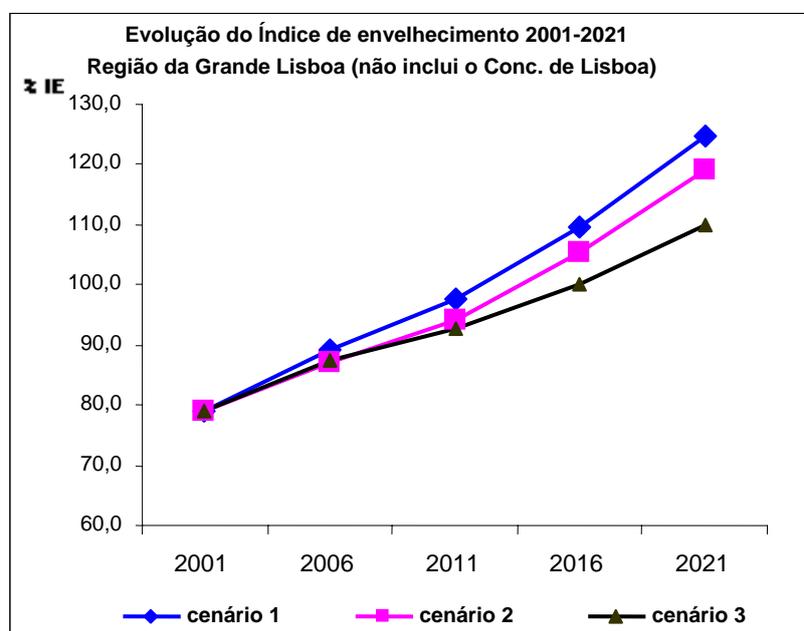


Figura 1.3

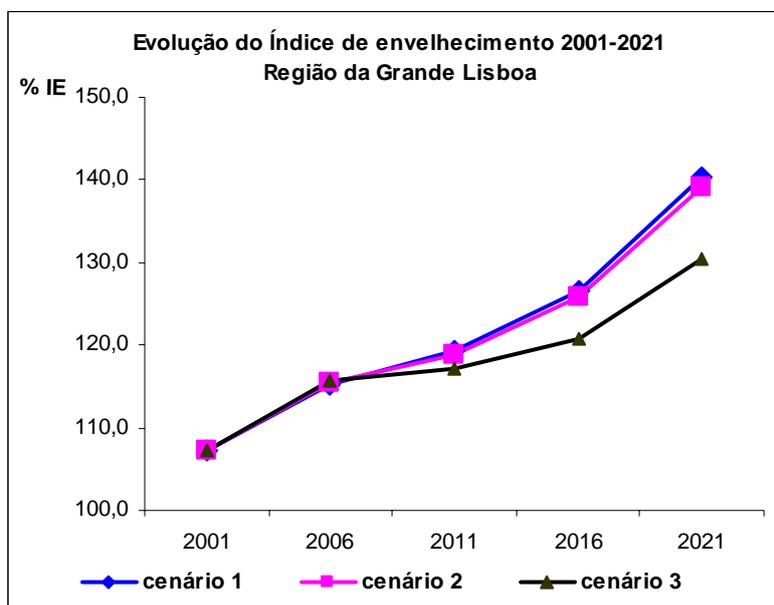


Figura 1.4

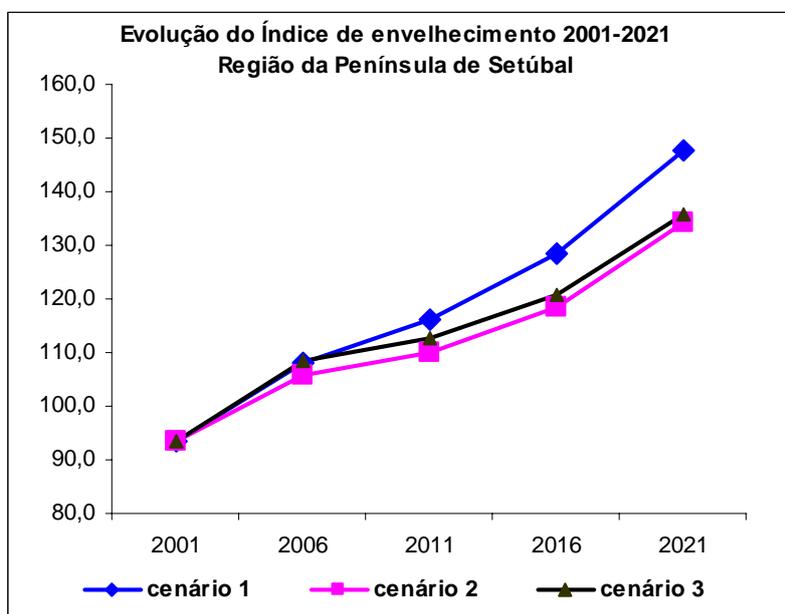
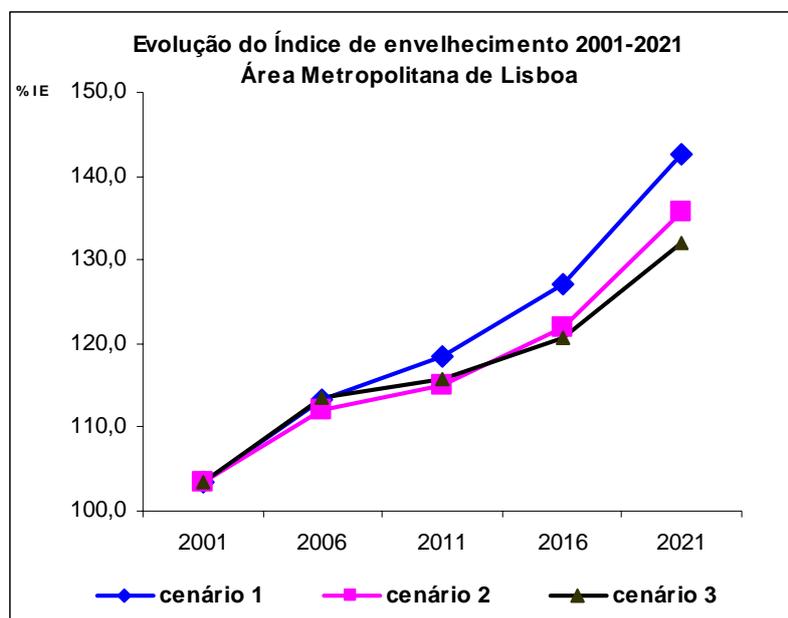


Figura 1.5



Em termos de **estrutura etária global da AML, todas as projecções apontam para a continuidade do processo de envelhecimento**, ainda que este surja mais atenuado nos cenários 2 e 3, que possibilitam um pequeno crescimento do grupo etário dos jovens e um aumento ligeiramente mais lento do coorte dos maiores de 65 anos.

Contudo, **nenhuma das projecções aponta para uma redução do número absoluto de jovens (<15 anos)**, entre 2001 e 2021, aumentando o seu valor de forma mais modesta no caso do cenário 1 (+45 000 jovens, aproximadamente) e bastante mais intensa nos outros dois cenários (+ 93.000 no cenário 2 e + 165.000 no cenário 3). Naturalmente, a evolução do número absoluto de idosos, nomeadamente dos maiores de 69 anos, é significativamente mais intensa do que a dos jovens, situando-se os valores estimados para 2021 entre 464.000 e 497.000 nos cenários 1 e 2. Já no que respeita ao cenário 3, o valor projectado aproxima-se dos 556.000 indivíduos, mais do que duplicando o número de maiores de 69 anos observado nos censos de 2001. Contudo, deve referir-se que o índice de envelhecimento do cenário 3 para 2021 é o mais baixo das três hipóteses em consideração,

verificando-se que o peso relativo da população idosa é, também, o mais reduzido

Considerando as duas grandes unidades geográficas que compõem a AML, a Península de Setúbal possuía uma estrutura etária ligeiramente mais jovem do que a da Grande Lisboa em 2001, apontando as projecções para uma progressiva aproximação até 2021, ano em que apenas o cenário 2 mantém a Península de Setúbal ligeiramente mais jovem (quadro 4; figuras 1.3 e 1.4). Esta evolução parece paradoxal face ao maior crescimento relativo projectado para os municípios da Margem Sul, sustentados pelos fortes investimentos previstos para estes territórios.

Contudo, dois processos evolutivos justificam o ritmo de envelhecimento ligeiramente mais suave da Grande Lisboa. Antes de os explicitar, **convém lembrar que se subdividirmos esta unidade geográfica em duas componentes (o município de Lisboa, por um lado, e os restantes municípios, por outro), constatamos que estes últimos, já em 2001, apresentavam estruturas etárias ligeiramente mais jovens do que as registadas pela Península de Setúbal.** A questão do maior envelhecimento da NUT III Grande Lisboa resulta, efectivamente, da **grande contribuição do extremo envelhecimento do concelho de Lisboa** para o seu conjunto. Tomando estes elementos como ponto de partida, o facto de o cenário 1 prolongar, no essencial, as tendências registadas na década de 90 do século passado, o que significa que alguns municípios da Margem Norte, com destaque para Sintra, continuarão a atrair muita população jovem em idade de procriar, e de o cenário 3 acelerar mesmo as migrações em relação àqueles municípios periféricos, compreende-se que estes registem tendências relativamente suaves de envelhecimento. Por outro lado, como os cenários 2 e 3 incorporam uma lógica de recuperação demográfica de Lisboa com um ligeiro impacte ao nível do seu rejuvenescimento pela base, também isto vai contribuir para atenuar um pouco o processo de envelhecimento no conjunto da Grande Lisboa. Daqui decorre que **a Península de Setúbal, não obstante registar uma tendência um pouco mais acentuada para o crescimento demográfico do que a Margem Norte no seu conjunto, deverá envelhecer**

a um ritmo ligeiramente mais rápido. Relembre-se, novamente, que o elevado nível de envelhecimento do município de Lisboa e o seu significado no conjunto da Margem Norte limitam, estruturalmente, a eventual aceleração deste processo. Já na Margem Sul, a maior juventude da população, acompanhada pelas actuais tendências de comportamento reprodutivo, torna-a mais susceptível ao incremento relativo no número de residentes com idades médias e elevadas.

Figura 2.1

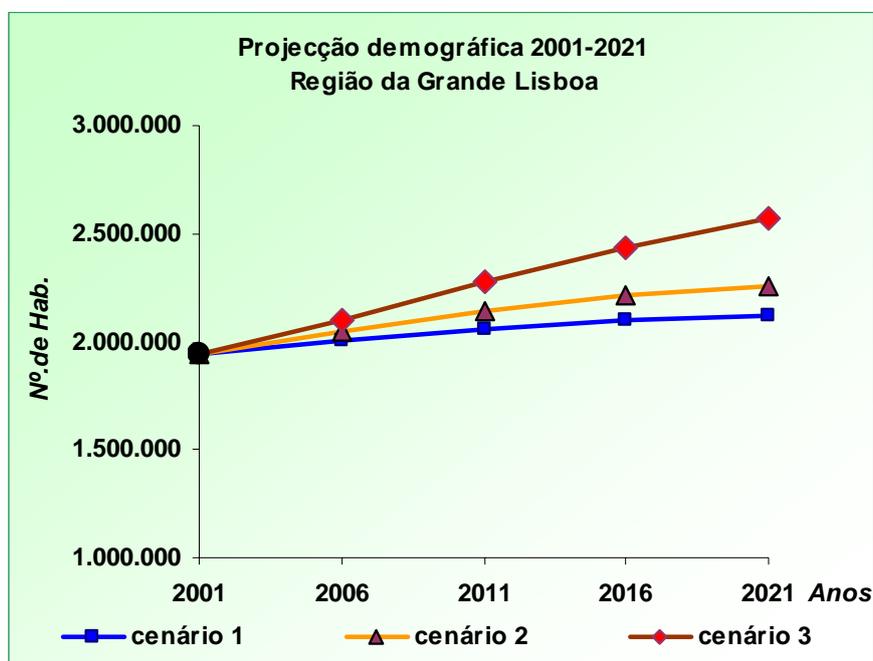


Figura 2.2

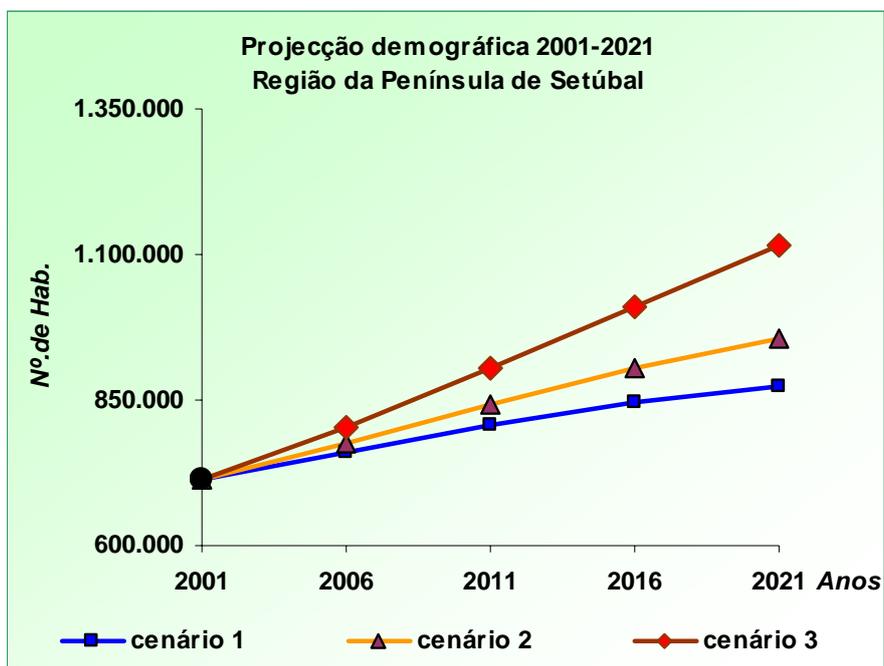
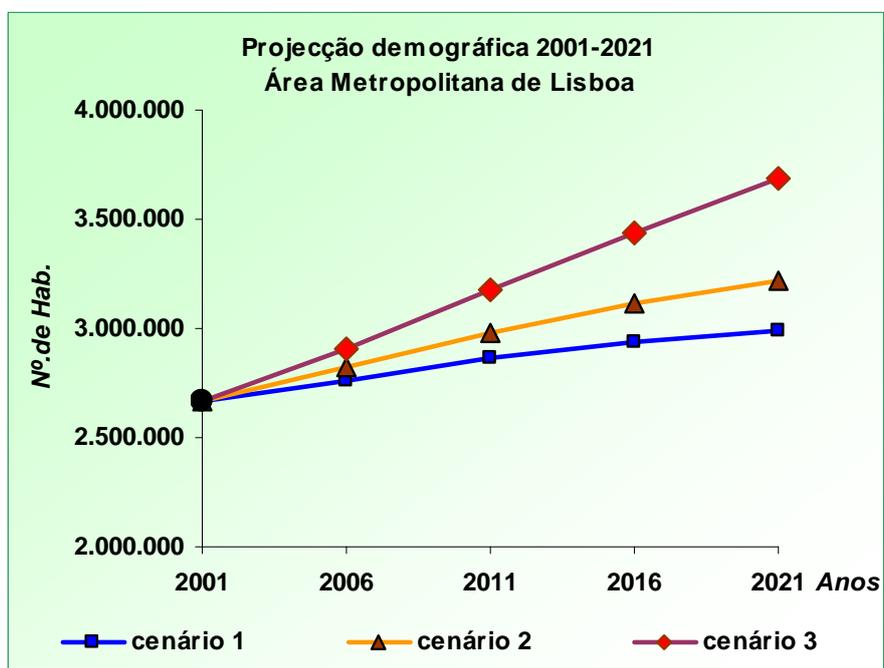


Figura 2.3



2.4.2 Projeções da população nos municípios metropolitanos e nas unidades territoriais

A - Municípios Metropolitanos

Tendo em consideração a projecção que corresponde ao Cenário 2, que consideramos como mais desejável, a população residente total da AML deverá crescer para cerca de 3,2 milhões de habitantes em 2021, o que significa um acréscimo superior a 0,5 milhões de indivíduos entre 2001 e 2021. Em termos de taxas de crescimento, estas deverão registar um ritmo anual médio próximo de 1,2% no primeiro decénio, o qual tenderá a baixar para cerca de 0,8% entre 2011 e 2021.

Se o Cenário 1 (Continuidade) revela um quadro bastante mais contido (crescimento próximo de 300.000 pessoas entre 2001 e 2021), já a projecção associada ao Cenário 3 (Adaptação) aponta para a possibilidade de aumento de população de aproximadamente 1 milhão de indivíduos até 2021 (taxas de crescimento anual médio situadas entre 1,5 e 2% ao longo dos 20 anos que servem de referência à estimativa e à projecção), o que nos parece excessivo face à situação de contracção económica registada desde 2004 e que tende a manter-se, pelo menos até 2010/2011 e, também, às tendências de crescimento natural e de movimentos migratórios que parecem estar a desenhar-se. Por último, um crescimento demográfico deste teor na AML exigiria uma resposta cara e complexa ao nível das infra-estruturas e significaria, certamente, uma forte pressão sobre o solo com prováveis consequências ao nível da manutenção, senão agravamento, dos desequilíbrios urbanísticos e demográficos actualmente existentes.

Quadro 5 - Distribuição da população pelas grandes unidades geográficas da AML – cenários 1, 2 e 3

UNIDADE GEOGRÁFICA	Pop.2001	cenário 1		cenário 2		cenário 3	
		2011	2021	2011	2021	2011	2021
CONCELHO DE LISBOA	21,2	16,7	13,0	19,4	17,8	18,7	16,2
GRANDE LISBOA (excepto Conc. de Lisboa)	51,9	55,2	57,8	52,2	52,3	52,8	53,5
GRANDE LISBOA	73,2	71,8	70,8	71,7	70,1	71,5	69,7
PENÍNSULA DE SETÚBAL	26,8	28,2	29,2	28,3	29,9	28,5	30,3
AML	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 6.1 - População esperada nos concelhos da AML para 2011, 2016 e 2021 – Cenário 1

POPULAÇÃO ESPERADA - CENÁRIO 1

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001	2006	2011	2016	2021	Tx.variação % 2001-2011	Tx.variação% 2011-2021
AMADORA	175.872	172.849	168.014	161.000	152.255	-4,5	-9,4
CASCAIS	170.683	181.165	190.252	197.585	202.795	11,5	6,6
LISBOA	564.657	523.303	477.784	432.709	389.341	-15,4	-18,5
LOURES	199.059	202.981	205.298	204.978	201.773	3,1	-1,7
ODIVELAS	133.847	136.255	137.740	137.215	134.452	2,9	-2,4
MAFRA	54.358	61.274	68.905	76.644	84.020	26,8	21,9
OEIRAS	162.128	168.895	174.575	177.879	178.418	7,7	2,2
SINTRA	363.749	422.990	488.134	551.021	609.971	34,2	25,0
VILA FRANCA DE XIRA	122.908	134.698	146.949	157.633	166.139	19,6	13,1
GRANDE LISBOA	1.947.261	2.004.411	2.057.651	2.096.664	2.119.163	5,7	3,0
ALCOCHETE	13.010	15.122	17.400	19.669	21.872	33,7	25,7
ALMADA	160.825	166.535	170.549	172.475	172.440	6,0	1,1
BARREIRO	79.012	76.697	73.809	69.714	64.662	-6,6	-12,4
MOITA	67.449	68.823	69.892	70.125	69.406	3,6	-0,7
MONTIJO	39.168	41.199	42.958	44.310	45.201	9,7	5,2
PALMELA	53.353	58.864	64.298	69.524	74.384	20,5	15,7
SEIXAL	150.271	169.196	189.411	208.285	225.028	26,0	18,8
SESIMBRA	37.567	44.157	51.616	59.636	68.042	37,4	31,8
SETUBAL	113.934	120.462	126.544	131.136	133.951	11,1	5,9
PENÍNSULA DE SETÚBAL	714.589	761.055	806.477	844.874	874.986	12,9	8,5
A.M.LISBOA	2.661.850	2.765.465	2.864.129	2.941.538	2.994.149	7,6	4,5

Quadro 6.2 - População esperada nos concelhos da AML para 2011, 2016 e 2021 – Cenário 2

POPULAÇÃO ESPERADA – CENÁRIO 2

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001	2006	2011	2016	2021	Tx.variação % 2001-2011	Tx.variação% 2011-2021
AMADORA	175.872	175.019	172.590	168.273	162.061	-1,9	-6,1
CASCAIS	170.683	181.319	190.605	198.287	203.764	11,7	6,9
LISBOA	564.657	572.252	577.039	576.845	569.670	2,2	-1,3
LOURES	199.059	203033	205415	204778	201143	3,2	-2,1
ODIVELAS	133.847	136.072	137.441	136.819	133.976	2,7	-2,5
MAFRA	54.358	62.113	70.865	79.868	88.473	30,4	24,8
OEIRAS	162.128	169.838	176.679	181.360	183.054	9,0	3,6
SINTRA	363.749	409.966	458.299	502.714	542.043	26,0	18,3
VILA FRANCA DE XIRA	122.908	131.266	140.906	149.384	155.767	14,6	10,5
GRANDE LISBOA	1.947.261	2.040.880	2.129.839	2.198.329	2.239.951	9,4	5,2
ALCOCHETE	13.010	16.752	21.472	26.900	32.797	65,0	52,7
ALMADA	160.825	167.895	173.112	176.039	177.079	7,6	2,3
BARREIRO	79.012	82.329	85.617	87.809	88.450	8,4	3,3
MOITA	67.449	70.154	72.564	74.345	75.235	7,6	3,7
MONTIJO	39.168	43.403	47.634	51.615	55.116	21,6	15,7
PALMELA	53.353	61.463	70.143	79.279	88.521	31,5	26,2
SEIXAL	150.271	168.657	188.439	206.992	223.362	25,4	18,5
SESIMBRA	37.567	45.986	56.144	67.763	80.657	49,4	43,7
SETUBAL	113.934	120.655	127.151	132.279	135.520	11,6	6,6
PENÍNSULA DE SETÚBAL	714.589	777.294	842.274	903.021	956.737	17,9	13,6
A. M. LISBOA	2.661.850	2818174	2972113	3101349	3196689	11,7	7,6

Quadro 6.3 - População esperada nos concelhos da AML para 2011, 2016 e 2021 – Cenário 3

POPULAÇÃO ESPERADA – CENÁRIO 3

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001	2006	2011	2016	2021	Tx.variação % 2001-2011	Tx.variação% 2011-2021
AMADORA	175.872	171.394	164.657	155.298	144.353	-6,4	-12,3
CASCAIS	170.683	184.975	198.084	209.697	219.402	16,1	10,8
LISBOA	564.657	580.496	593.409	599.435	597.475	5,1	0,7
LOURES	199.059	210.645	221.729	230.913	236.903	11,4	6,8
ODIVELAS	133.847	135.412	136.069	135.039	131.926	1,7	-3,0
MAFRA	54.358	65.035	77.959	92.327	107.147	43,4	37,4
OEIRAS	162.128	172.009	181.005	187.366	190.650	11,6	5,3
SINTRA	363.749	447.736	549.125	655.632	762.876	51,0	38,9
VILA FRANCA DE XIRA	122.908	135.499	150.566	164.733	176.578	22,5	17,3
GRANDE LISBOA	1.947.261	2.103.201	2.272.605	2.430.440	2.567.311	16,7	13,0
ALCOCHETE	13.010	18.165	25.266	34.269	44.858	94,2	77,5
ALMADA	160.825	170.754	179.130	185.180	189.413	11,4	5,7
BARREIRO	79.012	83.444	88.045	91.741	93.857	11,4	6,6
MOITA	67.449	71.698	75.769	79.239	81.726	12,3	7,9
MONTIJO	39.168	44.377	49.832	55.258	60.370	27,2	21,1
PALMELA	53.353	66.340	81.600	99.489	119.745	52,9	46,7
SEIXAL	150.271	176.809	207.008	236.848	265.474	37,8	28,2
SESIMBRA	37.567	49.959	66.399	87.263	112.982	76,7	70,2
SETUBAL	113.934	123.296	132.810	140.843	146.791	16,6	10,5
PENÍNSULA DE SETÚBAL	714.589	804.840	905.858	1.010.129	1.115.216	26,8	23,1
A.M. LISBOA	2.661.850	2.908.041	3.178.463	3.440.569	3.682.527	19,4	15,9

Relativamente ao comportamento das unidades e sub-unidades (Municípios e Unidades Territoriais) geográficas que compõem o PROT, verificam-se tendências específicas que, no quadro dos 3 cenários considerados, assumem matizes algo distintas.

Como referido anteriormente, **em qualquer dos cenários considerados, a Península de Setúbal registará um ritmo de crescimento global superior ao da NUT III da Grande Lisboa**, aumentando a sua proporção na população metropolitana entre 2,5 e 3,5%, o que fará com que aproximadamente 30% dos residentes totais estejam instalados nesta área em 2021. Os grandes investimentos esperados para a Margem Sul, que incluem o novo aeroporto, a Plataforma de Actividades Logísticas do Poceirão, o estímulo à implantação de actividades económicas ligadas às novas tecnologias e à saúde justificam, em larga medida, esta projecção que, adicionalmente, tira partido da vasta oferta

residencial e do reforço das acessibilidades proporcionado pelo prolongamento do metro a sul do Tejo e pela construção da 3ª travessia.

O conjunto dos municípios da Margem Norte atenuarão um pouco o seu peso relativo no total de residentes da AML (mais de 73% em 2001; cerca de 70% em 2021), situação que assenta na redução do significado relativo do concelho de Lisboa e na relativa estabilização dos restantes 8 municípios da NUT da Grande Lisboa que verão a sua contribuição relativa para o efectivo populacional da AML crescer quase imperceptivelmente no cenário 2 (+0,4%) e ligeiramente no cenário 3 (+1,5).

Como o Cenário 1 prolonga o quadro dos comportamentos demográficos básicos da década de 90, que foi marcada por uma clara tendência de periferização do crescimento metropolitano, com um marcado declínio populacional de Lisboa e fortes incrementos em diversos espaços da Margem Norte, como Sintra, Vila Franca de Xira ou mesmo Mafra (em termos relativos), é compreensível que, nesta projecção, estes municípios periféricos mantenham ritmos de crescimento bastante fortes, capitalizando uma parte substancial dos valores estimados para o aumento populacional metropolitano até 2021. Este é, recordamos, o Cenário que continua a acentuar desequilíbrios e disfuncionalidades, não apontando para um reequilíbrio entre as duas margens do Tejo, mantendo as perspectivas de afundamento demográfico de Lisboa e deixando antever processos desqualificantes de suburbanização, tanto na Margem Norte, como na Margem Sul.

Uma análise da evolução demográfica esperada para os diversos municípios revela que, **na Margem Norte, Mafra e Sintra, observarão os ritmos de crescimento mais elevados** (médias anuais iguais ou superiores a 2,5% para o período 2001-2021, com excepção de Sintra, já no segundo decénio do século XXI), o que se deve, em termos demográficos, à maior juventude da população e, do ponto de vista urbanístico, aos elevados níveis de oferta residencial e aos preços praticados, favorecidos por um processo de melhoria das acessibilidades. Vila Franca de Xira e Cascais emergem como os espaços de crescimento demográfico de segundo nível na Margem Norte, o que completa o quadro que aponta para alguma continuação do processo de

alargamento da AML para a 2ª coroa periférica, mesmo que Lisboa consiga travar o processo de declínio demográfico como, de resto, se projecta no Cenário 2.

Na Península de Setúbal, os municípios de Sesimbra e do Seixal e, também, os três concelhos (Alcochete, Montijo e Palmela) que mais partido tiraram da Ponte Vasco da Gama e que, no futuro próximo, sofrerão mais impactos com a construção do aeroporto e da Plataforma de Actividades Logísticas do Poceirão, registam as tendências de crescimento demográfico mais significativas.

Neste quadro, devem destacar-se Alcochete (de acordo com o cenário 2, supõe-se que a sua população aumentará 2,5 vezes entre 2001 e 2021), Palmela (incremento da população de cerca de 1,7 vezes no mesmo período) e Sesimbra (duplicação populacional no período de referência). **Em todos estes casos, o ritmo de acréscimo será superior ao dos municípios com maiores taxas de crescimento da Grande Lisboa**, confirmando a dinâmica demográfica já em curso (atração de migrantes jovens com efeitos benéficos na fecundidade¹⁶), que ainda virá a beneficiar da melhoria das acessibilidades e da criação de empregos que estará associada às infra-estruturas acima mencionadas. O município de Sesimbra e, particularmente o do Seixal, que se espera venham a atenuar o seu ritmo de crescimento demográfico entre a primeira e a segunda década do presente século, tiram partido da dinâmica económica e demográfica da área “Quinta do Conde - Fernão Ferro”, que poderá mesmo reforçar-se no futuro. Embora registando ritmos de crescimento demográfico menos acentuados do que os restantes concelhos da Península de Setúbal, e mesmo do que o conjunto da AML, também Almada, Moita e Barreiro verão a sua população aumentar entre 2001 e 2021, invertendo-se, no caso do último município, a situação de declínio registada entre 1991 e 2001. Deve frisar-se que a projecção associada ao **Cenário 3 (o que aponta para o maior crescimento da Península de Setúbal face ao resto da AML)**, alerta para a possibilidade de crescimentos periféricos descontrolados, tanto na

¹⁶ Note-se que, ao longo do presente decénio, já se observa um aumento do número de nascimentos no Montijo e em Alcochete.

Margem Norte (em 2021, Sintra aproximar-se-ia dos 800.000 residentes, Mafra ultrapassaria os 100.000 habitantes, duplicando a sua população, e Vila Franca de Xira cresceria cerca de 60.000 pessoas, passando para mais de 175.000 residentes), como na Margem Sul. Pelo que tem vindo a ser dito, nesta última projecção, o potencial para evoluções demográficas explosivas é mais significativo, apontando este cenário, entre 2001 e 2021, para a multiplicação da população de Alcochete por 3,5, para uma variação superior a 100% no concelho de Palmela (o que o levaria a alcançar 120.000 residentes) e para a “explosão” do município de Sesimbra, o qual apresentaria, em 2021, 112.000 residentes, valor correspondente ao triplo de 2001, e que necessariamente colocaria muitas interrogações ao equilíbrio ambiental deste espaço. **Também os municípios do Montijo e do Seixal registam, neste cenário 3, crescimentos populacionais muito significativos, sendo de destacar o facto de o Seixal se poder tornar, em 2021, o 3º concelho mais populoso da AML** (ocupava a 8ª posição em 2001), após Sintra (que se deverá tornar o mais populoso do País entre 2009 e 2015) e Lisboa. Note-se que esta subida do município do Seixal no *ranking* demográfico metropolitano também se verifica nos cenários 1 e 2, só que no caso do cenário 3 o efectivo populacional projectado para o concelho em 2021 é de 265.000 pessoas, enquanto nos outros casos se situa em torno dos 225.000.

B- Distribuição das projecções de população pelas unidades territoriais

O exercício de previsão da população residente, em 2011 e 2021, nas nove unidades territoriais (UT), correspondeu a uma distribuição dos valores projectados por município, de acordo com a seguinte metodologia:

1) Aferição dos limites das UT tendo em conta a freguesia como unidade de análise – foram identificadas, através da técnica de *overlay*, as freguesias que se encontravam repartidas por duas ou mais UT. Para estas freguesias, e seguindo a mesma técnica com sobreposição do uso do solo urbano (COS

2000), procedeu-se, por análise pericial, à repartição proporcional dos efectivos demográficos a afectar a cada uma das UT partilhadas.

Quadro 7 - Identificação das freguesias repartidas por duas ou mais Unidades Territoriais (UT)

Freguesias repartidas por 2 ou mais UT	População Residente, 2001	UT			REPARTIDA COM			PROPORÇÃO		
		A	B	C	A	B	C	A	B	C
FG - Alcabideche	31801	2	3				97	3		
FG - Cascais	33255	2	3				99	1		
FG - Loures	24237	2	4				95	5		
FG - Santo Antão do Tojal	4192	2	4				93	7		
FG - São Julião do Tojal	3600	2	4				97	3		
FG - Almargem do Bispo	8417	2	4				97	3		
FG - Montelavar	3645	2	4				60	40		
FG - São João das Lampas	9665	3	4				85	15		
FG - Sintra (São Martinho)	5907	3	2				98	2		
FG - Sintra (São Pedro de Penaferrim)	10449	2	3				96	4		
FG - Terrugem	4617	2	4				99	1		
FG - Alverca do Ribatejo	29086	2	4				99	1		
FG - São João dos Montes	4409	2	4				99	1		
FG - Vialonga	15471	2	4				98	2		
FG - Vila Franca de Xira	18442	2	5				99,8	0,2		
FG - Alcochete	9094	6	8				99	1		
FG - Santo António da Charneca	10983	6	7				5	95		
FG - Alhos Vedros	12614	6	7				80	20		
FG - Moita	16727	6	7				65	35		
FG - Sarilhos Grandes	3218	6	7				50	50		
FG - Palmela	16116	7	8			9	60	38	2	
FG - Pinhal Novo	20993	7	8				99	1		
FG - Aldeia de Paio Pires	10937	6	7				3	97		
FG - Amora	50991	6	9				99	1		
FG - Arrentela	28609	6	7				60	40		
FG - Quinta do Conde	16567	7	9				99	1		
FG - Setúbal (Nossa Senhora da Anunciada)	16092	9	7				30	70		
FG - São Lourenço	8487	9	7				30	70		
FG - São Simão	4598	7	9				90	10		
FG - Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	4076	7	8				70	30		

2) Determinação da proporção de cada concelho em cada UT – tendo em conta os valores da população residente, em 2001, por freguesia, bem assim como as proporções constantes no quadro anterior, procedeu-se à aplicação de um modelo de distribuição proporcional do tipo: $PC_i UT_j = (PopFC_i UT_j + PopEFC_i UT_j) / PopC_i$, onde PC_i é a proporção de população estimada do Concelho C_i para a unidade territorial UT_j ; $PopFC_i UT_j$ é a população residente nas freguesias F do concelho C_i totalmente incluídas na unidade territorial UT_j ; $PopEFC_i UT_j$ é o valor estimado da população residente nas freguesias com uma parte incluída na UT_j ; $PopC_i$ é a população residente no concelho C_i , em

2001. Deste exercício resultou a seguinte matriz de coeficientes de distribuição proporcional:

Quadro 8 - Proporções a aplicar (concelho / UT) aos valores da população projectada

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	Estuário do Tejo	Lisboa Cidade	Espaço Urbano Norte e Poente	Parque Natural Sintra Cascais	Lezíria do Tejo	Norte Agro-Florestal	Arco Ribeirinho Sul	Área Central da Península de Setúbal	Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra	Setúbal/Palmela	Nascente Agro-Florestal	Estuário do Sado	Faixa Marítima (12 milhas)
AMADORA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CASCAIS	0	0	0,992462	0,007538	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LISBOA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LOURES	0	0	0,937002	0	0	0,062998	0	0	0	0	0	0	0
ODIVELAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAFRA	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
OEIRAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SINTRA	0	0	0,930995	0,06019	0	0,008815	0	0	0	0	0	0	0
V. F. XIRA	0	0	0,994457	0	0,0003	0,005243	0	0	0	0	0	0	0
ALCOCHETE	0	0	0	0	0	0	0,99301	0	0	0	0,00699	0	0
ALMADA	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
BARREIRO	0	0	0	0	0	0	0,832508	0,167492	0	0	0	0	0
MOITA	0	0	0	0	0	0	0,875799	0,124201	0	0	0	0	0
MONTIJO	0	0	0	0	0	0	0,749898	0,110575	0	0	0,139527	0	0
PALMELA	0	0	0	0	0	0	0	0,50915	0,006041	0,218207	0,266602	0	0
SEIXAL	0	0	0	0	0	0	0,849855	0,146751	0,003393	0	0	0	0
SESIMBRA	0	0	0	0	0	0	0	0,436589	0,563411	0	0	0	0
SETÚBAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0,068755	0,920513	0,010733	0	0

Da aplicação daqueles coeficientes aos valores projectados da população residente em cada concelho, resultou a seguinte distribuição:

Quadro 9.1 - Horizonte 2011 - Projecções para cada uma das Unidades Territoriais

Unidade Territorial		2001	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Nº	Designação				
1	Estuário do Tejo	0	0	0	0
2	Lisboa Cidade	564657	477784	577039	593409
3	Espaço Urbano Norte e Poente	1288637	1462097	1435152	1547048
4	Parque Natural Sintra Cascais	23181	30815	29022	34545
5	Lezíria do Tejo	37	44	42	45
6	Norte Agro-Florestal	70749	86912	88584	97558
7	Arco Ribeirinho Sul	455675	503671	525128	557172
8	Área Central da Península de Setúbal	91561	108862	116498	130581
9	Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra	29831	38813	41437	47736
10	Setúbal/Palmela	116520	130516	132350	140059
11	Nascente Agro-Florestal	21003	24616	26861	30309
12	Estuário do Sado	0	0	0	0
13	Faixa Marítima (12 milhas)	0	0	0	0
TOTAL		2661850	2864129	2972113	3178463

Quadro 9.2 - **Horizonte 2021** - Projecções para cada uma das Unidades Territoriais

Unidade Territorial		2001	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Nº	Designação				
1	Estuário do Tejo	0	0	0	0
2	Lisboa Cidade	564657	389341	569670	597475
3	Espaço Urbano Norte e Poente	1288637	1588551	1529332	1792490
4	Parque Natural Sintra Cascais	23181	38243	34162	47571
5	Lezíria do Tejo	37	50	47	53
6	Norte Agro-Florestal	70749	102979	106740	129722
7	Arco Ribeirinho Sul	455675	533914	580330	654556
8	Área Central da Península de Setúbal	91561	125051	143316	181800
9	Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra	29831	48758	56053	75372
10	Setúbal/Palmela	116520	139534	144064	161252
11	Nascente Agro-Florestal	21003	27728	32974	42236
12	Estuário do Sado	0	0	0	0
13	Faixa Marítima (12 milhas)	0	0	0	0
TOTAL		2661850	2994149	3196689	3682527

Quadro 9.3 - **Horizontes 2011 e 2021** - Projecções para cada uma das Unidades Territoriais

Unidade Territorial		2001	CENÁRIO 1		CENÁRIO 2		CENÁRIO 3	
Nº	Designação		2011	2021	2011	2021	2011	2021
1	Estuário do Tejo	0	0	0	0	0	0	0
2	Lisboa Cidade	564657	477784	389341	577039	569670	593409	597475
3	Espaço Urbano Norte e Poente	1288637	1462097	1588551	1435152	1529332	1547048	1792490
4	Parque Natural Sintra Cascais	23181	30815	38243	29022	34162	34545	47571
5	Lezíria do Tejo	37	44	50	42	47	45	53
6	Norte Agro-Florestal	70749	86912	102979	88584	106740	97558	129722
7	Arco Ribeirinho Sul	455675	503671	533914	525128	580330	557172	654556
8	Área Central da Península de Setúbal	91561	108862	125051	116498	143316	130581	181800
9	Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra	29831	38813	48758	41437	56053	47736	75372
10	Setúbal/Palmela	116520	130516	139534	132350	144064	140059	161252
11	Nascente Agro-Florestal	21003	24616	27728	26861	32974	30309	42236
12	Estuário do Sado	0	0	0	0	0	0	0
13	Faixa Marítima (12 milhas)	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		2661850	2864129	2994149	2972113	3196689	3178463	3682527

Tendo presente que a delimitação das Unidades Territoriais assentou, sobretudo, na verificação de critérios correspondentes a “padrões de ocupação do solo razoavelmente homogéneos” (na continuidade do que já tinha sido definido no PROTAML, 2002), a distribuição dos valores projectados de população, para cada um dos cenários construídos nos estudos demográficos, acaba por reproduzir as grandes linhas evolutivas já referenciadas e comentadas no âmbito deste relatório.

Assim, tendo por referência o Cenário 1, o qual assenta num pressuposto de continuidade relativamente ao que foi a evolução populacional dos vários

municípios da AML na segunda metade do decénio de 90 e na primeira metade da década actual, verifica-se que se acentuam os desequilíbrios na distribuição demográfica detectados em 2001.

De 2001 para 2011 e deste ano para 2021, diminui a proporção de residentes na capital face ao total metropolitano, aumentando ligeiramente essa mesma proporção no caso da “UT – Espaço Urbano Norte e Poente” que engloba a totalidade ou a maior parte dos territórios municipais com dinâmicas demográficas conhecidas mais positivas. Por um lado, relativamente a 2001-2011 as taxas de variação tendem a diminuir no decénio subsequente, como consequência da manutenção de padrões reprodutivos e de envelhecimento pouco favorecedores do fortalecimento da renovação de gerações. Por outro, e esta observação é também extensível aos restantes Cenários, pesem embora taxas de variação mais elevadas no caso de algumas UT como a do “Parque Natural Sintra Cascais”, a Norte, e a de “Arrábida/Espichel/ Matas de Sesimbra”, a Sul, os valores absolutos envolvidos são mais baixos comparativamente a outras UT e os quantitativos projectados acabam por derivar, em larga medida, da aplicação de factores de crescimento concelhios que, de facto, não são extensíveis à maior parte das freguesias aí incluídas.

Relativamente ao Cenário 2 (porventura o mais desejável em termos da evolução demográfica), o qual toma como referência os valores conhecidos e mais recentes, e também geralmente mais favoráveis, das taxas de fecundidade e de sobrevivência, a par das últimas taxas migratórias passíveis de cálculo rigoroso (1996-2001), a evolução projectada traduz-se numa maior aceleração do crescimento na Margem Sul do Tejo e, na Margem Norte, num reequilíbrio demográfico sobretudo assente na travagem do declínio acentuado da cidade de Lisboa e na atenuação do crescimento no município de Sintra. Comparativamente ao cenário anterior, o Cenário 2 traduz-se, assim, numa diminuição menos acentuada do peso da capital no conjunto metropolitano (19,4% em 2011 e 17,8%, em 2021), enquanto a “UT – Espaço Urbano Norte e Poente” regista uma tendência para um suave decréscimo na proporção de residentes que se verificava em 2001, passando de 48,4% neste ano, para

48,3% em 2011 e 47,8%, em 2021. Na Península de Setúbal, regista-se um pequeno incremento na proporção de residentes na “UT – Arco Ribeirinho Sul” (de 17,1%, em 2001 para 18,2%, em 2021), sendo ainda de salientar o crescimento do peso da “UT – Área Central da Península de Setúbal”, que passa de 3,4%, em 2001, para 4,5%, em 2021.

Por fim, relativamente ao Cenário 3, o qual assenta em pressupostos de forte crescimento populacional, tanto por via do crescimento natural (taxas de fecundidade e de sobrevivência de 2005/2006 – as mais elevadas do período mais recente) como do saldo migratório (relembre-se, incremento das taxas migratórias observadas no período 1996-2001, em 50%, em vários municípios; acréscimos superiores noutros casos), poderia perspectivar-se um crescimento “explosivo” de algumas UT que inclusive teria eventuais repercussões numa diminuição da proporção de residentes na capital apesar das taxas de crescimento mais favoráveis comparativamente às verificadas no Cenário 2. De facto, as principais consequências do Cenário 3, como já se referiu, traduzir-se-iam, na Margem Sul, numa intensa aceleração da capacidade de atracção demográfica das áreas mais próximas do futuro aeroporto e que, no passado, mais reforçaram a sua acessibilidade devido à ponte Vasco da Gama, enquanto na Margem Norte, continuariam os desequilíbrios de crescimento.

Quadro 10 – Unidades Territoriais - Taxas de variação populacional associadas a cada um dos Cenários

Nº	Unidades Territoriais Designação	CENÁRIO 1		CENÁRIO 2		CENÁRIO 3	
		Var. % 2001/11	Var% 2011/21	Var. % 2001/11	Var% 2011/21	Var. % 2001/11	Var% 2011/21
1	Estuário do Tejo	-	-	-	-	-	-
2	Lisboa Cidade	-15,4	-18,5	2,2	-1,3	5,1	0,7
3	Espaço Urbano Norte e Poente	13,5	8,6	11,4	6,7	20,1	15,9
4	Parque Natural Sintra Cascais	32,9	24,1	25,2	17,7	49,0	37,7
5	Lezíria do Tejo	19,6	13,1	14,6	10,5	22,5	17,3
6	Norte Agro-Florestal	22,8	18,5	25,2	20,5	37,9	33,0
7	Arco Ribeirinho Sul	10,5	6,0	15,2	10,5	22,3	17,5
8	Área Central da Península de Setúbal	18,9	14,9	27,2	23,0	42,6	39,2
9	Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra	30,1	25,6	38,9	35,3	60,0	57,9
10	Setúbal/Palmela	12,0	6,9	13,6	8,9	20,2	15,1
11	Nascente Agro-Florestal	17,2	12,6	27,9	22,8	44,3	39,4
12	Estuário do Sado	-	-	-	-	-	-
13	Faixa Marítima (12 milhas)	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	7,6	4,5	11,7	7,6	19,4	15,9

2.5. Aspectos complementares – hipóteses relativas à evolução das famílias e das migrações internacionais na AML

2.5.1. Famílias

Como se referiu no Diagnóstico Demográfico elaborado no âmbito desta revisão do PROT, a dimensão média da família tem vindo a diminuir desde os anos 80, tendo este processo conhecido uma aceleração no último decénio do século XX, quando o número médio de elementos por agregado familiar baixou de 2,9 para 2,6 no conjunto da AML. Esta tendência para redução do número de elementos dos agregados familiares, que está associada a processos demográficos como o envelhecimento e a morte de um dos cônjuges deixando o outro a viver isolado e a processos sociais como o maior número de separações e a alteração dos modelos familiares (famílias recompostas, fórmulas do tipo “living apart together” e outras), num quadro de crescimento da população reflecte-se, naturalmente, num incremento significativo do total de famílias que passaram de 863.000 para cerca de 1 milhão, na AML, entre 1991 e 2001.

Tendo em consideração a actual tendência de evolução da dimensão média da família, é sustentável assumir um número médio de elementos por agregado familiar em torno dos 2,6-2,5 em 2011 e dos 2,5-2,4 em 2021¹⁷, mesmo considerando alguns factores que podem contrariar esta evolução em direcção a famílias mais pequenas, como é o caso da manutenção dos filhos na residência paterna até idades mais avançadas ou o número médio de filhos mais elevado das famílias imigrantes que se instalam na AML.

Conjugando estes valores com as projecções de população efectuadas, e **tomando como referência o Cenário 2, é de admitir que o número de agregados familiares da AML atinja cerca de 1.165.000 em 2011 e mais de 1,3 milhões em 2021, estimando-se que entre 25 e 30% destes tenha**

¹⁷ Para além da tendência estatística associada à evolução dos dados correspondentes ao número médio de famílias, também as respostas dos membros da equipa técnica e dos técnicos das autarquias ao *Questionário sobre Estimativas e Tendências Demográficas na AML* apontam no sentido da estabilização da dimensão média das famílias ou do seu ligeiro decréscimo.

apenas 1 elemento (relembra-se que, em 2001, os agregados compostos por um único elemento já representavam mais de 20% das famílias clássicas, tendo registado uma variação superior a +50% no último decénio do século XX).

2.5.2. Migrações Internacionais para a AML

Em qualquer dos cenários propostos, o crescimento demográfico da AML assenta, essencialmente, no *superavit* migratório, uma vez que o excedente de vidas não deverá ultrapassar 20 a 25% do crescimento total. Especialmente nos cenários 2 e 3, em que o acréscimo global de população da AML, até 2021, se situa num pouco mais de 0,5 milhões, no primeiro caso, e em cerca de 1 milhão, no segundo, a contribuição de saldos migratórios positivos será muito elevada. Como as regiões portuguesas exteriores à AML experimentaram incrementos de qualidade de vida relevantes nas últimas décadas e já não possuem um *stock* demográfico de jovens suficiente para alimentar as necessidades da capital e sua envolvente, será do estrangeiro que chegarão os novos residentes que assegurarão o saldo migratório positivo, prolongando a situação iniciada nos anos 90.

Embora seja difícil estimar o volume de imigrantes que se fixaram na AML na primeira década do século XX e, mais ainda, de projectar o seu número no decénio seguinte, é possível avançar com alguns valores de referência que, contudo, devem ser considerados com cuidado devido ao elevado erro que lhes está associado.

Tendo em consideração a informação fornecida pelo SEF, o *stock* de estrangeiros residentes na AML aumentou cerca de 108.000 indivíduos entre 2000 e 2005, tendo-se verificado nos dois anos seguintes uma tendência para uma ligeira redução. Se assumirmos que as entradas de estrangeiros em Portugal, no final do presente decénio, se situarão entre 14 e 15.000¹⁸, dos

¹⁸ Uma estimativa deste teor para os anos de 2007 a 2011 é apresentada por Bijak, J. e Wisniowski, A. (2009) – *Forecasting of Immigration Flows until 2025 for selected European countries using expert information*, IDEA Working Papers n.7, Varsóvia.

quais 30 a 40% ficarão na Área Metropolitana de Lisboa, então **o volume total de estrangeiros terá aumentado entre 120 e 130.000, no primeiro decénio do século XXI**. Se assim for, a estimativa de crescimento populacional da AML associada ao Cenário 2 para o primeiro decénio do 3º milénio terá dificuldade em concretizar-se, uma vez que o aumento de 300.000 pessoas calculado para este período requer um acréscimo mais elevado do número de estrangeiros, uma vez que o excedente de vidas representará, no máximo, 25% do acréscimo total, cabendo aos movimentos internos uma parcela certamente mais reduzida. Perante este quadro, o *stock* de imigrantes deveria aumentar entre 150.000 e 180.000 pessoas, de modo a compensar as saídas de portugueses por via da emigração, as quais certamente ocorrerão, mesmo que possuam um carácter temporário.

Na década seguinte (2011-2021), o volume total de estrangeiros imigrantes que se projecta entrar em Portugal situar-se-á próximo dos 330.000¹⁹, devendo caber à AML, atendendo sobretudo aos investimentos previstos para este espaço, entre 45 e 55% deste total. Neste contexto, **é expectável um acréscimo de estrangeiros situado entre os 150.000 e os 180.000, para o período 2011-2021**, o que permitirá sustentar o acréscimo de cerca de 240.000 pessoas previsto para a AML neste período, de acordo com a projecção correspondente ao Cenário 2. Note-se que a assumpção de uma certa estabilização das entradas de imigrantes na AML, prolongando os valores mais reduzidos registados nos últimos anos, está em sintonia com as opções de muitos técnicos ligados à equipa do PROT e às Comissões de Acompanhamento nos municípios que responderam ao nosso já mencionado questionário, embora outros tantos considerem que a imigração apresentará uma tendência para aumentar que, no caso das estimativas consideradas, apenas se verificará no final dos anos 10 do século XXI.

De acordo com o estudo de Bijak, J. e Wisniowski, A. (2009), **os Brasileiros continuarão a ser a principal fonte de entradas, mas o seu volume tenderá a decrescer ao longo do tempo, ao contrário do que deverá acontecer com os imigrantes dos PALOP, nomeadamente Guineenses e**

¹⁹ A propósito do cálculo destes valores, ver por Bijak, J. e Wisniowski, A. (2009), *op. cit.*

Cabo-verdianos. Estes resultados contrariam a sensibilidade dos respondentes ao questionário sobre tendências demográficas do PROT que vêem a possibilidade de crescimento da imigração Brasileira (e, eventualmente, da China e da Índia) e uma certa estagnação das chegadas dos PALOP. **O que se assume como convergente corresponde ao decréscimo dos imigrantes oriundos da Europa de Leste (Ucrânia, Moldova e mesmo Roménia) e à manutenção de perfis de inserção profissional pouco qualificados,** não obstante tenda a registar-se um aumento estrutural destes.